

**RCD no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.394.220 - SP
(2018/0295113-3)**

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
REQUERENTE : PEDRO JOSÉ ONI CASTRO SHIRAI
ADVOGADOS : LUIZ CARLOS BENTO - SP050605
PEDRO JOSE ONI CASTRO SHIRAI - MG144806
REQUERIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORE : SANDRA YURI NANBA - SP110316
S

MARTA SANGIRARDI LIMA - SP130057

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO INTERNO. DETERMINAÇÃO DE REAUTUAÇÃO DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL PARA MELHOR EXAME DA MATÉRIA. DECISÃO IRRECORRÍVEL.

1. Pedido de reconsideração recebido como agravo interno.
2. Nos termos do art. 258, § 2º, do RISTJ, não cabe "*agravo regimental da decisão do relator que der provimento a agravo de instrumento, para determinar a subida de recurso não admitido*". Disposição que se aplica, por analogia, aos casos em que se determina a conversão de agravo em recurso especial.
3. A jurisprudência do STJ apenas admite que a regra seja mitigada quando restar comprovada a existência de vícios relativos à admissibilidade do próprio agravo, hipótese não configurada no caso dos autos.
4. Agravo interno não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, receber o pedido de reconsideração como agravo interno e dele não conhecer, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Regina Helena Costa (Presidente), Gurgel de Faria, Napoleão Nunes Maia Filho e Benedito Gonçalves votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator